

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

ARP nº 033/2024

Pregão nº 118/2023

Processo nº 2023-XL920

Pelo presente instrumento, a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DE INOVAÇÃO EM SAÚDE – iNOVA CAPIXABA**, Fundação Pública com Personalidade Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.901.264/0001-63, com sede na Rua Pernambuco, nº 1100, Edifício Estilo Center, 3ª Andar. - Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP: 29.101-284, representada legalmente pelo seu **Diretor de Gente, Gestão, Finanças e Compras, Sr. JORGE TEIXEIRA E SILVA NETO**, CPF nº 841.045.977-91, RG nº 754.709 SSP-ES, e **Diretor de Operações, Logística, Tecnologia da Informação e Comunicação, Infraestrutura e Manutenção, Sr. LEONARDO CEZAR TAVARES**, CPF nº 076.640.197-96, RG nº 1335673-ES, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº 118/2023, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OPME – ÂNCORAS E ESPAÇADOR DE TENDÃO**.

1.2 Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) Anexo I - Especificação dos preços.
- (b) Anexo II – Termo de Referência.
- (c) Anexo III - Minuta de Ordem de Fornecimento.
- (d) a Proposta Comercial da Contratada.

2. DO PREÇO

2.1 Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 Os preços contratados serão fixos e irredutíveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 A existência de preços registrados não obrigará a Fundação a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

3.1.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

3.1.2 Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido.

3.1.3 Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento.

3.2.2 Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada.

3.5.3.2 O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da ata.

3.5.3.3 Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada.

3.5.3.4 A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Assessoria Jurídica da iNOVA Capixaba, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 Pela Fundação, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

4.1.1.2 Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável.

4.1.1.3 Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado.

4.1.1.4 Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 O cancelamento do registro de preços por parte da Fundação, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Fundação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o 30º (trigésimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 O pagamento far-se-á por meio de uma única transferência bancária.

5.4 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da nota fiscal devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo minucioso.

5.6 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1. O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado da data da assinatura, vedada a sua prorrogação.

6.2 O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Fundação, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I do Edital, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba - Matriz e filiais para o exercício de 2024.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

8.3 A Fundação poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente contratante.

8.4 Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Fundação, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 A entrega dos materiais dar-se-á nos termos e prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo II).

9.2 Os materiais serão entregues em dias úteis, nos endereços e horários indicados no Termo de Referência (Anexo II).

9.3 A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão “Proibida a Venda ao Comércio”.

9.4 As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

9.5 A Fundação designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.5.1 Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.5.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.7 No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. DA GARANTIA E DO PRAZO DE VALIDADE DOS MATERIAIS

10.1 Os produtos objeto deste Registro de Preços terão garantia em conformidade com o exigido no Anexo II – Termo de Referência.

11. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 Compete à Contratada:

- (a) Entregar os materiais de acordo com as condições e prazos propostos, inclusive quanto à validade/garantia.
- (b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante.
- (c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993.
- (d) Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- (e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.
- (f) Cumprir todos os requisitos constantes no Anexo II – Termo de Referência

11.2 Compete à Contratante:

- (a) Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste instrumento.
- (b) Definir o local para entrega dos materiais adquiridos.
- (c) Designar colaborador (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado.

12.1.2 Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato.

12.1.3 A aplicação da multa de mora não impede que a Fundação rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste instrumento e na Lei 8.666/1993.

12.2 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- (a) Advertência.
- (b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular.
- (c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Fundação, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93.
- (d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das

demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010.

(e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

12.2.1 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

12.2.2 Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia.

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993.

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993.

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Assessoria Jurídica da INOVA.

12.4 Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Fundação poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

12.5 Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

12.6 Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à Fundação na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13. DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1 Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Fundação decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

14. DA RESCISÃO

14.1 A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15. DOS ADITAMENTOS

15.1 A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Assessoria Jurídica da iNOVA.

16. DOS RECURSOS

16.1 Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei 8.666/1993.

17. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 A execução do contrato será acompanhada por colaborador ou comissão designada pela Fundação Inova Capixaba, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste instrumento, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

18. DO FORO

18.1 Fica eleito o foro de Vila Velha, município do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente para que produza seus efeitos legais.

(Assinado Eletronicamente)

JORGE TEIXEIRA E SILVA NETO

Diretor de Gente, Gestão, Finanças e Compras – Fundação Inova Capixaba
Competência delegada por meio da Portaria nº 016-R, de 13 de outubro de 2021

ÓRGÃO GERENCIADOR

(Assinado Eletronicamente)

LEONARDO CEZAR TAVARES

Diretor de Operações, Logística, Tecnologia da Informação e Comunicação,
Infraestrutura e Manutenção – Fundação Inova Capixaba

ÓRGÃO GERENCIADOR

(Assinado Eletronicamente)

MARCELO MONTEIRO PRADO

Sócio Administrador

FUSION MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

FORNECEDOR

ANEXO I – ARP DE Nº 033/2024

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços – ARP nº 033/2024, celebrada entre a Fundação iNOVA Capixaba e a empresa cujos preços estão a seguir registrados por lote, em face à realização do Pregão de nº 118/2023.

PROPOSTA VENCEDORA DO LOTE 001:

1º) FUSION MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

LOTE 001						
ITEM	CÓDIGO SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	179051	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRICAO PRODUTO: MINI ANCORA 1.9 COM FIO.	UNIDADE	46	SARTORI	R\$ 510,00
VALOR GLOBAL DO LOTE				R\$ 23.460,00		

CLASSIFICAÇÃO DO LOTE 001:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL
2º) S & S MEDICAL LTDA.	R\$ 25.300,00
3º) LIFE TECH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 25.300,00
4º) RDW COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	R\$ 23.450,00

PROPOSTA VENCEDORA DO LOTE 002:

1º) FUSION MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

LOTE 002						
ITEM	CÓDIGO SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	86096	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRICAO DO PRODUTO: ANCORA METALICA EM TITANIO DE 2,7 MM MONTADA COM 2 (DOIS) FIO DE ALTA RESISTENCIA.	UNIDADE	130	SARTORI	R\$ 510,00
VALOR GLOBAL DO LOTE				R\$ 66.300,00		

CLASSIFICAÇÃO DO LOTE 002:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL
2º) S & S MEDICAL LTDA.	R\$ 71.500,00
3º) LIFE TECH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 71.500,00
4º) RDW COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	R\$ 66.290,00

PROPOSTA VENCEDORA DO LOTE 003:

1º) FUSION MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

LOTE 003						
ITEM	CÓDIGO SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	66531	ANCORAS DE TITANIO PARA MANGUITO 3,5MM P/ VIDEOARTROSCOPIA (01 OU 2 FIOS); PARAFUSO ANCORA EM TITANIO DE 3,5MM (O PARAFUSO) COM 01 (0,50MM DIAMETRO X 90CM - COMPRIMENTO) OU 2 FIOS EM POLIESTER (0,50MMX90CM), ESTERILIZADOS POR RAIOS GAMA COBALTO 60. DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE /IMPORTADOR, CONDICoes DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCoes; EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; LEGISLACAO: DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDADE	221	SARTORI	R\$ 510,00
VALOR GLOBAL DO LOTE				R\$ 112.710,00		

CLASSIFICAÇÃO DO LOTE 003:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL
2º) S & S MEDICAL LTDA.	R\$ 121.550,00
3º) LIFE TECH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 121.550,00
4º) RDW COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	R\$ 112.700,00

PROPOSTA VENCEDORA DO LOTE 004:

1º) FUSION MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

LOTE 004						
ITEM	CÓDIGO SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	139385	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRICAO PRODUTO: ANCORA METALICA 4,5MM MONTADA COM 2 FIOS DE ALTA RESISTENCIA	UNIDADE	111	SARTORI	R\$ 529,90
VALOR GLOBAL DO LOTE				R\$ 58.818,90		

CLASSIFICAÇÃO DO LOTE 004:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL
2º) S & S MEDICAL LTDA.	r\$ 58.830,00

PROPOSTA VENCEDORA DO LOTE 005:

1º) FUSION MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

LOTE 005						
ITEM	CÓDIGO SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	86095	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRICAÇÃO DO PRODUTO: ANCORA METALICA EM TITANIO DE 5,5 MM MONTADA COM 2 (DOIS) FIO DE ALTA RESISTENCIA.	UNIDADE	111	SARTORI	R\$ 546,84
VALOR GLOBAL DO LOTE				R\$ 60.699,24		

CLASSIFICAÇÃO DO LOTE 005:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL
2º) S & S MEDICAL LTDA.	R\$ 61.050,00
3º) RDW COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	R\$ 60.690,00

ANEXO II- ARP Nº 033/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por o **Registro de Preços** para a aquisição de, **OPMEs – ÂNCORAS E ESPAÇADOR DE TENÃO**, que serão destinados aos pacientes internados no Hospital Antônio Bezerra de Faria – HABF.

Lote 01

ITEM	CÓDIGO SIGA	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	179051	6690	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRICAÇÃO PRODUTO: MINI ÂNCORA 1.9 COM FIO.	UNID	46		
VALOR TOTAL DO LOTE							R\$

Lote 02

ITEM	CÓDIGO SIGA	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	86096	6480	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRICAÇÃO DO PRODUTO: ÂNCORA METÁLICA EM TITÂNIO DE 2,7 MM MONTADA COM 2 (DOIS) FIO DE ALTA RESISTÊNCIA.		130		
VALOR TOTAL DO LOTE							R\$

Lote 03

ITEM	CÓDIGO SIGA	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	66531	6691	ÂNCORAS DE TITÂNIO PARA MANGUITO 3,5MM P/ VIDEOARTROSCOPIA (01 OU 2 FIOS); PARAFUSO ÂNCORA EM TITÂNIO DE 3,5MM (O PARAFUSO) COM 01 (0,50MM DIÂMETRO X 90CM - COMPRIMENTO) OU 2 FIOS EM POLIÉSTER (0,50MMX90CM), ESTERILIZADOS POR RAIOS GAMA COBALTO 60. DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO	UNID	221		

			MATERIAL, DADOS FABRICANTE /IMPORTADOR, CONDICÕES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUÇÕES; EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; LEGISLAÇÃO: DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.				
VALOR TOTAL DO LOTE							R\$

Lote 04

ITEM	CÓDIGO SIGA	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	139385	6692	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRIÇÃO PRODUTO: ANCORA METALICA 4,5MM MONTADA COM 2 FIOS DE ALTA RESISTENCIA.	UNID	111		
VALOR TOTAL DO LOTE							R\$

Lote 05

ITEM	CÓDIGO SIGA	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	86095	6429	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRIÇÃO DO PRODUTO: ANCORA METALICA EM TITANIO DE 5,5 MM MONTADA COM 2 (DOIS) FIO DE ALTA RESISTENCIA.	UNID	111		
VALOR TOTAL DO LOTE							R\$

Lote 06

ITEM	CÓDIGO SIGA	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	109737	6509	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; ESPAÇADOR DE TENDÃO; MATERIAL: SILICONE SOLIDO; DIMENSÕES: DIAMENTRO MAIOR: 2 A 7MM; DIAMENTRO MENOR: 1,0 A 3,5MM; APLICAÇÃO: CIRURGIA DE MÃO.	UNID	65		
VALOR TOTAL DO LOTE							R\$

1.2 ESPECIFICAÇÃO/DETALHAMENTO DO OBJETO:

Aquisição de, **OPMEs – ÂNCORAS E ESPAÇADOR DE TENÃO**, que serão destinados aos pacientes internados no Hospital Antônio Bezerra de Faria - HABF

2. JUSTIFICATIVA

Trata-se de Material Médico Hospitalar, OPMEs, pertencentes ao elenco de padronizados deste HABF, conforme descrito nas especificações contidas no item 1.1.

2.1 JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

O Hospital Antônio Bezerra de Faria é um hospital “porta aberta” de urgência e emergência, com uma média de 420 cirurgias mês, sendo que 67%, aproximadamente, são procedimentos ortopédicos.

Seguindo as recomendações para a promoção da segurança dos pacientes e a melhoria da qualidade nos serviços de saúde, se faz necessárias ações sistemáticas para garantir que os serviços prestados estejam dentro dos padrões de qualidade exigidos para os fins a que se propõe o que neste caso é a disponibilidade de Materiais Médicos Hospitalares para a realização dos procedimentos cirúrgicos ortopédicos.

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO:

Os OPMEs previstos neste termo de referência, é o consumo Médio mensal consumido no período de 07/01/2022 a 07/01/2023. Dessa forma, a “quantidade total” é multiplicada por 12 meses acrescida de 30% da quantidade a ser registrada.

2.3 DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM

2.3.1 O objeto a ser adquirido atende à condição de bem comum.

() SIM () NÃO

3. ENTREGA E RECEBIMENTO

() ENTREGA IMEDIATA E ÚNICA

() ENTREGA PROGRAMADA

3.1 A entrega do objeto deverá ser feita diretamente no Almoxarifado de Farmácia, na Rua Castelo Branco, situado na 1970, Jaburuna, Vila Velha – ES (Segundo Andar) CEP: 29.100-040.

3.2 A entrega deverá ocorrer sempre em dias úteis e no horário de expediente das 08:00 as 17:00.

3.3 A entrega deve ocorrer em até 10 dias (Segunda a sexta-feira), contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou de sua publicação, valendo o que ocorrer primeiro.

3.3.1 No caso de entrega programada, o fornecimento deverá seguir o cronograma estabelecido abaixo:

A entrega deverá ocorrer sempre em dias úteis e no horário de expediente das 08:00 as 17:00.

3.4 A entrega deverá ser agendada, via e-mail coord.almox.habf@inovacapixaba.es.gov.br / almoxarifado.habf@inovacapixaba.es.gov.br ou pelo telefone 27 3636-3502, com no mínimo 1 (Um) dia (Segunda a Sexta-feira) antes da entrega.

3.5 Os produtos/materiais deverão ser entregues em suas embalagens originais de forma intacta, com identificação do produto, data de fabricação, data de validade de no mínimo 05 (cinco) anos, peso líquido, número do Lote, registro no órgão fiscalizador (ABNT, SIM, SIE, SIF INMETRO) quando couber, nome do fabricante, contendo marca, procedência, tudo

de acordo com a legislação em vigor, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte.

3.6 Caso seja detectado alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá regularizar satisfatoriamente no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas. O material deve estar em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes.

3.7 Não serão aceitos materiais com validade vencida ou com data de fabricação defasada que comprometa a sua plena utilização.

3.8 Os itens que compõem o objeto deste TR deverão estar em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes.

3.9 Não será admitida a entrega dos produtos sem a apresentação da ordem de compra/fornecimento ou outro instrumento similar e devidamente acompanhado do documento fiscal (Exemplo: Nota Fiscal).

4. EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

4.1 AMOSTRA

() CATALOGO

(x) PRODUTO

() PRODUTO E CATÁLOGO

() OUTROS: _____

() NÃO SE APLICA

4.1.1 No caso da exigência do catálogo, este deverá ser encaminhado junto com os documentos de habilitação;

4.1.2.1 Caso o setor demandante tenha necessidade de comprovação das especificações, poderá ser solicitado uma amostra do produto e, deverá ser entregue no prazo máximo de 02 (Dois) dias úteis após a convocação.

4.1.2 No caso de exigência do produto, a empresa deverá encaminhar amostra para o Setor Almoxarifado de Farmácia, na Rua Castelo Branco, situado na 1970, Jaburuna, Vila Velha – ES (Segundo Andar) CEP: 29.100-040, num prazo de até 48 h (Dois) dias úteis, contados a partir da convocação, identificando corretamente o número do processo.

4.1.2.1 A amostra deverá ser nova, original de fábrica, estar em perfeitas condições de uso, além de devidamente embalada e lacrada.

4.1.2.2 O produto deverá ser da marca e modelo indicados na proposta comercial escrita.

4.1.2.3 Caso a amostra apresentada seja considerada inadequada, será analisada a proposta da empresa subsequente.

4.1.2.4 A empresa que apresentar amostra que não atenda às exigências previstas neste Termo de Referência será desclassificada.

4.1.2.5 A empresa que não encaminhar a amostra no prazo estabelecido será desclassificada, sendo convocada a proposta subsequente.

4.1.2.6 Após o vencimento do prazo de entrega da amostra, não será aceita eventual complementação, ajuste, modificação ou substituição no produto apresentado para fins de adequá-lo às especificações constantes do Termo de Referência.

4.1.2.7 A amostra apresentada poderá ser aberta, manuseada e testada.

4.1.2.8 A(s) amostra(s) rejeitada(s) deverá(ão) ser retirada(s) junto ao local apresentado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após este prazo a amostra poderá ser descartada sem gerar direito a indenização.

5. GARANTIA DO PRODUTO

() APLICA

() NÃO SE APLICA

5.1 O prazo de garantia dos produtos contra defeitos ou vícios de fabricação será de, no mínimo, 12 (doze) meses.

5.1.1 Prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante dos produtos, se for prazo superior ao estabelecido no item acima.

5.1.2 O prazo de substituição dos produtos que apresentarem defeitos ou vícios de fabricação será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

5.2 A empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documento próprio ou declaração expressa no Termo de Recebimento Definitivo.

5.3 Aplica-se no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

5.4 O prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, a contar do recebimento definitivo.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

() APLICA

() NÃO SE APLICA

6.1 O produto objeto deste Termo de Referência terá assistência técnica de, no mínimo, 12 (Doze) meses, contados a partir da data da entrega. Incluindo garantia gratuita durante o período da assistência técnica.

7. PAGAMENTO

7.1 A Contratante pagará à Contratada pelo serviço efetivamente prestado no mês de referência, após a apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

7.1.1 A Contratada deverá apresentar a nota fiscal ao Contratante até o 5º (quinto) dia útil subsequente da prestação do serviço, devidamente aceita pelo Contratante.

7.1.2 A Nota Fiscal deverá ser emitida no CNPJ da Fundação iNOVA Capixaba somente quando a prestação do serviço for realizada na sede (matriz). Caso contrário, a Nota Fiscal deverá ser emitida no CNPJ da unidade hospitalar (filial).

7.2 O pagamento far-se-á por meio de uma única transferência bancária e será realizado até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal.

7.2.1 Os pagamentos serão sempre realizados por meio de transferência bancária, devendo a Contratada informar o domicílio bancário na Nota Fiscal.

7.3 Os pagamentos ficam condicionados ainda à apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, junto com as Notas Fiscais.

7.4 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal, sem qualquer ônus ou correção a ser pago pela Contratante.

8. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes deste objeto correrão à conta do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba e serão especificadas no tempo da contratação ou emissão da autorização de compra ou instrumento equivalente.

9. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

9.1.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.1.2 Entregar o objeto em perfeitas condições, de acordo com as condições e prazos e local propostos, conforme especificações.

9.1.3 Manter o objeto em pleno funcionamento dentro do período da garantia, quando for o caso.

9.1.4 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante.

9.1.4.1 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos.

9.1.5 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso.

9.2 RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

9.2.2 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

9.2.3 A Fundação não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a essa aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CONDIÇÕES DA HABILITAÇÃO

10.1 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos exigidos.

10.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

(a) Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

(b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União.

10.3 REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

10.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

10.3.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

10.3.4 Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

10.3.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

10.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

10.3.7 Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(x) APLICA

Comprovação de que o licitante presta ou prestou, sem restrição, serviço de natureza semelhante ao indicado neste Termo. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço, compatível com o objeto desta contratação.

Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 8.077/13 (art. 2º) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98;

Autorização de Funcionamento da empresa licitante, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 8.077/13 (art. 2º), Lei Federal nº. 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98;

Certificado de Registro do material ou Isenção de Registro de Produto, emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia autenticada da publicação no “Diário Oficial da União” relativamente ao registro do material conforme determina o Decreto Federal nº. 8.077/13 e RDC nº 24, de 21 de maio de 2009.

Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, conforme determina a RDC nº 16, de 28 de março de 2013 para produtos definidos na Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976 do MS com exceção dos produtos para saúde enquadrados nas classes de risco I ou II, conforme determina RDC nº 15, de 28 de março de 2014.

() NÃO SE APLICA

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1 A Fundação designará formalmente, em instrumento próprio, o(s) colaborador(es) Ana Carolina Pamplona Pereira Parim, Coordenadora do Almoxarifado responsável(is) pela gestão e fiscalização do serviço a ser contratado para acompanhamento do objeto deste Termo de Referência.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e prazos estabelecidos sujeitará a Contratada às penalidades constantes na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sempre assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo próprio, o que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se

além da disciplina legal o disposto neste termo, no contrato quanto ao procedimento e outras condições

12.3 As sanções estão previstas na legislação em vigor e estarão descritas no contrato ou instrumento equivalente.

13. CONDIÇÕES GERAIS

APLICA

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos exigidos.

NÃO SE APLICA

14. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1 Este Termo de Referência foi elaborado pela Equipe Técnica do almoxarifado de Farmácia do Hospital Antônio Bezerra de Farias.

15. DA DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DA MINUTA PADRONIZADA

15.1 Declaro(amos) que, para a elaboração deste Termo de Referência, foi utilizada a minuta padronizada do TR exclusivo para aquisição, extraída do site oficial da Fundação Inova Capixaba em 20/04/2023.

16. DA DECLARAÇÃO MATERIAL MÉDICO E MEDICAMENTO

APLICA

16.1 Declaro(amos) que foram observados os requisitos legais aplicáveis à compra de medicamento e material médico (leis, decretos, portarias, resoluções) e o objeto foi descrito de forma CLARA e PRECISA, utilizando-se a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI)

NÃO SE APLICA

Fernando Pereira de Oliveira
Analista de Suprimentos OPME – HABF

KyMBERLI Luiza Benichio Faria Lyra
Farmacêutica - HABF

ANEXO III – ARP DE Nº 033/2024

MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº ____ / 2024.

Ref. Ata de Registro de Preços - ARP nº ____ /2024.

À Empresa

Endereço

CNPJ

Telefone

Autorizamos V.S.^a a fornecer os materiais adiante discriminados, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexo I do Pregão nº ____/2023, da Ata de Registro de Preços – ARP acima referenciada e sua proposta no Processo nº _____.

I – DO OBJETO

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Marca/referência: _____

Quantidade/Unidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$

II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba - Matriz e filiais para o exercício de 2024.

III - DAS DEMAIS CONDIÇÕES

As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto na ata de registro de preços em epígrafe.

(Local), ____ de _____ de _____.

Fundação iNOVA Capixaba

CONTRATADA

PROPOSTA COMERCIAL



ANEXO II.A – PROPOSTA COMERCIAL

À Fundação iNOVA Capixaba

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

DADOS DA EMPRESA:		
Razão Social: FUSION MED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA		
CNPJ: 20.656.202/0001-01		
Endereço: Avenida Doutor Mario Guimarães, Número 318 Sala 804 - CEP: 26.255-230 - Centro - Nova Iguaçu - RJ		
Telefone: (21) 995848118	fusionmed.hospitalar@gmail.com	
Banco: Santander (033)	Agência: 1099	Conta: 13001518-8
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:		
Nome: Marcelo Monteiro Prado		
Endereço: Avenida das Américas, 7837, apto. 105, bloco 1, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.793-081		
Telefone: (21) 995848118	E-mail: fusionmed.hospitalar@gmail.com	
Cargo: Representante Legal	Função: Sócio	
RG: 99457 OABRJ	CPF: 035.667.667-63	
Naturalidade: Rio de Janeiro	Nacionalidade: Brasileiro	

Pelo presente, formulamos nossa Proposta Comercial, de acordo com todas as condições do Termo de Referência, conforme abaixo:

LOTE 1						
ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO/MARCA	QTD	UND	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRICAO PRODUTO: MINI ANCORA 1.9 COM FIO.	Marca: Sartori Fabricante: Luiz Guilherme Sartori & Cia Ltda EPP Registro Anvisa: 80083650063 Modelo: Procedência: Brasil	46	UND	R\$ 510,00	R\$ 23.460,00

LOTE 2						
ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO/MARCA	QTD	UND	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRICAO DO PRODUTO: ANCORA METALICA EM TITANIO DE 2,7 MM MONTADA COM 2 (DOIS) FIO DE ALTA RESISTENCIA.	Marca: Sartori Fabricante: Luiz Guilherme Sartori & Cia Ltda EPP Registro Anvisa: 80083650063 Modelo: Procedência: Brasil	130	UND	R\$ 510,00	R\$ 66.300,00

20.656.202/0001-01
FUSION MED. COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Av. Doutor Mário Guimarães, nº 318
Sala 804.

CENTRO - CEP: 26.255-230

LOTE 3						
ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO/MARCA	QTD	UND	VALOR UNT	VALOR TOTAL

NOVA IGUAÇU - RJ



Digitalizado com CamScanner

FUSIONMED						
1	ANCORAS DE TITANIO PARA MANGUITO 3,5MM P/ VIDEOARTROSCOPIA (01 OU 2 FIOS); PARAFUSO ANCORA EM TITANIO DE 3,5MM (O PARAFUSO) COM 01 (0,50MM DIAMETRO X 90CM - COMPRIMENTO) OU 2 FIOS EM POLIESTER (0,50MMX90CM), ESTERILIZADOS POR RAIOS GAMA COBALTO 60. DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS	Marca: Sartori Fabricante: Luiz Guilherme Sartori & Cia Ltda EPP Registro Anvisa: 80083650063 Modelo: Procedência: Brasil	221	UND	R\$ 510,00	R\$ 112.710,00

LOTE 5						
ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO/MARCA	QTD	UND	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRICAO DO PRODUTO: ANCORA METALICA EM TITANIO DE 5,5 MM MONTADA COM 2 (DOIS) FIO DE ALTA RESISTENCIA.	Marca: Sartori Fabricante: Luiz Guilherme Sartori & Cia Ltda EPP Registro Anvisa: 80083650063 Modelo: Procedência: Brasil	111	UND	R\$ 546,84	R\$ 60.699,24

Valor Global da Proposta: R\$ 263.169,24 (DUZENTOS E SESENTA E TRÊS MIL CENTO E SESENTA E NOVE REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS).

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário e do preço global.

1.2 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade desta proposta é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data limite para seu acolhimento.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, tarifas, impostos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total responsabilidade pelo fornecimento dos itens.

Nova Iguaçu – RJ, 15 de dezembro de 2023.


Marcelo Monteiro Prado
CPF: 035.667.667-63
RG: 99457 OABRJ

20.656.202/0001-01
FUSION MED. COMERCIO DE MATERIAL
MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Av. Doutor Mário Guimarães, nº 318
Sala 804.
CENTRO - CEP: 26.255-230
NOVA IGUAÇU - RJ

FUSIONMED

Av. Dr. Mário Guimarães, 318 - sala 804

ANEXO II DO EDITAL
MODELOS DO EDITAL

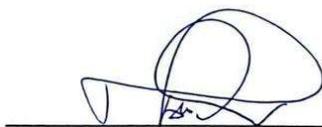
ANEXO II.B – DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO
CONTRATUAL DADOS DO ASSINANTE

NOME: Marcelo Monteiro Prado
Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR: 99457 OABRJ
CPF: 035.667.667-63
CARGO: Sócio Administrador NACIONALIDADE: Brasileiro
ENDEREÇO COMPLETO: Avenida das Américas, 7837, apto. 105, bloco 1, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.793-081
ESTADO CIVIL: Solteiro PROFISSÃO: Sócio Administrador
DADOS PARA CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA
NOME COMPLETO: FUSION MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 20.656.202/0001-01
ENDEREÇO COMPLETO: Avenida Doutor Mario Guimarães, Número 318 Sala 804 - CEP: 26.255-230 - Centro - Nova Iguaçu - RJ
E-MAIL: fusionmed.hospitalar@gmail.com
TEL.: (21) 995848118
Banco: Santander 033 Agencia: 1099 Conta Corrente: 13001518-8

DADOS DO PREPOSTO

NOME COMPLETO: Marcelo Monteiro Prado
Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR: 99457 OABRJ
CPF: 035.667.667-63 NACIONALIDADE: Brasileiro
CARGO NA EMPRESA: Sócio Administrador
ESTADO CIVIL: Solteiro PROFISSÃO: Sócio Administrador

Nova Iguaçu – RJ, 15 de dezembro de 2023.



Marcelo Monteiro Prado
CPF: 035.667.667-63
RG: 99457 OABRJ

20.656.202/0001-01
FUSION MED. COMÉRCIO DE MATERIAL
MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Av. Doutor Mário Guimarães, nº 318
Sala 804.
CENTRO - CEP: 26.255-230
NOVA IGUAÇU - RJ

ANEXO II.A – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À Fundação iNOVA Capixaba

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

DADOS DA EMPRESA:	
Razão Social: FUSION MED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	
CNPJ: 20.656.202/0001-01	
Endereço: Avenida Doutor Mario Guimarães, Número 318 Sala 804 - CEP: 26.255-230 - Centro - Nova Iguaçu - RJ	
Telefone: (21) 995848118	fusionmed.hospitalar@gmail.com
Banco: Santander (033)	Agência: 1099
Conta: 13001518-8	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:	
Nome: Marcelo Monteiro Prado	
Endereço: Avenida das Américas, 7837, apto. 105, bloco 1, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.793-081	
Telefone: (21) 995848118	E-mail: fusionmed.hospitalar@gmail.com
Cargo: Representante Legal	Função: Sócio
RG: 99457 OABRJ	CPF: 035.667.667-63
Naturalidade: Rio de Janeiro	Nacionalidade: Brasileiro

Pelo presente, formulamos nossa Proposta Comercial, de acordo com todas as condições do Termo de Referência, conforme abaixo:

LOTE 4						
ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO/MARCA	QTD	UND	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS; DESCRICAO PRODUTO: ANCORA METALICA 4,5MM MONTADA COM 2 FIOS DE ALTA RESISTENCIA.	Marca: Sartori Fabricante: Luiz Guilherme Sartori & Cia Ltda EPP Registro Anvisa: 80083650063 Modelo: 0112115-525 Procedência: Brasil	111	UND	R\$ 529,90	R\$ 58.818,90

Valor Global da Proposta: R\$ 58.818,90 (Cinquenta e oito mil oitocentos e dezoito reais e noventa centavos).

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário e do preço global.

1.2 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade desta proposta é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data limite para seu acolhimento.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

Nova Iguaçu – RJ, 30 de agosto de 2023.

MARCELO
MONTEIRO
PRADO:0356676
6763

Assinado de forma digital por MARCELO MONTEIRO PRADO:03566766763
Dados: 2023.08.30 14:52:14 -03'00'

Marcelo Monteiro Prado
CPF: 035.667.667-63
RG: 99457 OABRJ





ANEXO II DO EDITAL
MODELOS DO EDITAL

ANEXO II.B – DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO
CONTRATUAL DADOS DO ASSINANTE

NOME: Marcelo Monteiro Prado
Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR: 99457 OABRJ
CPF: 035.667.667-63
CARGO: Sócio Administrador NACIONALIDADE: Brasileiro
ENDEREÇO COMPLETO: Avenida das Américas, 7837, apto. 105, bloco 1, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.793-081
ESTADO CIVIL: Solteiro PROFISSÃO: Sócio Administrador
DADOS PARA CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA
NOME COMPLETO: FUSION MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 20.656.202/0001-01
ENDEREÇO COMPLETO: Avenida Doutor Mario Guimarães, Número 318 Sala 804 - CEP: 26.255-230 - Centro - Nova Iguaçu - RJ
E-MAIL: fusionmed.hospitalar@gmail.com
TEL.: (21) 995848118
Banco: Santander 033 Agencia: 1099 Conta Corrente: 13001518-8

DADOS DO PREPOSTO

NOME COMPLETO: Marcelo Monteiro Prado
Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR: 99457 OABRJ
CPF: 035.667.667-63 NACIONALIDADE: Brasileiro
CARGO NA EMPRESA: Sócio Administrador
ESTADO CIVIL: Solteiro PROFISSÃO: Sócio Administrador
Nova Iguaçu – RJ, 30 de agosto de 2023.

MARCELO
MONTEIRO

PRADO:0356676
6763

Assinado de forma
digital por MARCELO
MONTEIRO
PRADO:03566766763
Dados: 2023.08.30
15:12:44 -03'00'

Marcelo Monteiro Prado

CPF: 035.667.667-63

RG: 99457 OABRJ



Av. Dr. Mário Guimarães, 318 - sala 804
Centro Nova Iguaçu - RJ CEP: 26.255-230

(55 21) 3584-8118

ASSINATURAS (3)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JORGE TEIXEIRA E SILVA NETO
DIRETOR DE GENTE, GESTÃO, FINANÇAS E COMPRAS
DIRGF - INOVA - GOVES
assinado em 21/02/2024 13:59:48 -03:00

LEONARDO CEZAR TAVARES
DIRETOR DE OPERAÇÕES, LOGÍSTICA, T.I.C., INFRAESTRUTURA E
MANUTENÇÃO
DIROP - INOVA - GOVES
assinado em 21/02/2024 15:45:20 -03:00

MARCELO MONTEIRO PRADO
CIDADÃO
assinado em 20/02/2024 21:44:07 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/02/2024 15:45:20 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ROZILENE RIBEIRO FERREIRA DE ABREU (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - GCCCP - INOVA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-RKLLWD>